

PODER

Preso por usar rede social

Ex-assessor internacional de Bolsonaro, Filipe Martins foi para a preventiva por descumprir determinação de Alexandre de Moraes

» JÉSSICA ANDRADE
» FABIO GRECCHI

Dammer Martins/MRE



Filipe estava em prisão domiciliar por risco de fuga depois do episódio relacionado a Silvinei Vasques. Foi denunciado por um coronel da FAB



O acusado demonstra total desrespeito pelas normas impostas e pelas instituições constitucionalmente democráticas, em virtude de que, ao fazer uso das redes sociais, ofende as medidas cautelares aplicadas, assim como todo o ordenamento jurídico (...). Não há dúvidas de que houve o descumprimento da medida cautelar imposta"

Trecho da decisão do ministro Alexandre de Moraes

A Polícia Federal (PF) prendeu, ontem, Filipe Martins, ex-assessor especial para assuntos internacionais do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele já estava em prisão domiciliar — além de outras nove pessoas — também por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), por conta do risco de fuga do Brasil, decisão tomada pelo magistrado depois que o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Silvinei Vasques, foi preso no Paraguai por estar com documentação falsa, quando tentava embarcar para El Salvador. Filipe passou por audiência de custódia no fim da tarde e a prisão foi mantida.

O ex-assessor foi preso em casa, em Ponta Grossa (PR), depois de denunciado a Moraes pelo coronel da reserva Ricardo Wagner Roquetti, da Força Aérea Brasileira, por ter entrado na rede social LinkedIn, descumprindo uma das determinações para a prisão domiciliar. A defesa de Filipe alegou que foi ela, e não seu cliente, que entrou na plataforma, com a intenção de organizar informações necessárias para atuar em favor do ex-assessor de Bolsonaro. Sustentou, ainda, que a visualização poderia ser um processo automático da rede ou um “uso passivo”, sem interação voluntária com Filipe.

Os advogados argumentam, também, que Filipe não publicou conteúdos, apenas visualizou perfis — o que, na visão da defesa, não configura quebra da cautelar. A decisão de Moraes, porém, menciona que em 29 de dezembro foi juntada aos autos uma “notícia” (denúncia formalizada por e-mail ao gabinete do ministro) indicando que o ex-assessor de Bolsonaro teria utilizado o LinkedIn para buscar perfis de terceiros.

O ministro considerou que a proibição era de “acesso”, independentemente de haver publicações ou interações diretas. Para Moraes, o fato de a própria defesa admitir que possuía as credenciais, e que

houve “movimentação técnica” na conta, foi suficiente para configurar a violação, pois a cautelar vedava o uso da rede “diretamente ou por meio de terceiros”.

“O acusado demonstra total desrespeito pelas normas impostas e pelas instituições constitucionalmente democráticas, em virtude de que, ao fazer uso das redes sociais, ofende as medidas cautelares aplicadas, assim como todo o ordenamento jurídico (...)”. Não há dúvidas de que houve o descumprimento da medida cautelar imposta, uma vez que a própria defesa reconhece a utilização da rede social”, frisa o ministro. Embora os recursos dos advogados de Martins ainda não tenham se esgotado, e a

ação tenha chegado ao fim (trânsito em julgado), o tempo em que ele estiver preso preventivamente contará para quando estiver cumprindo a condenação.

Golpe de Estado

Martins foi condenado pela Primeira Turma do Supremo em 16 de dezembro a 21 anos e seis meses de prisão por cinco crimes relacionados à tentativa de golpe de Estado, cujo ápice foi a invasão às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. Ele integrava o chamado núcleo 2 da investigação pela tentativa de golpe de Estado que tentou manter Bolsonaro no poder, mesmo derrotado nas

eleições presidenciais de 2022 para o hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele foi arrolado no âmbito da Operação Tempus Veritatis, deflagrada em fevereiro de 2024, que apurou a tentativa de ruptura do Estado Democrático de Direito.

Segundo a acusação da Procuradoria-Geral da República (PGR), o ex-assessor de Bolsonaro ajudou a redigir e editar o documento que previa a decretação de um Estado de Defesa no Tribunal Superior Eleitoral e a prisão de autoridades, como Moraes — à época acumulando a presidência do TSE. A investigação baseou-se em dados colhidos de dispositivos eletrônicos e em informações da delação premiada do

tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência.

A denúncia da PGR sustenta que Filipe levou a minuta para o ex-presidente em dezembro de 2022. Ele teria apresentado uma versão inicial do texto, mas, depois de sugestões de alterações, retornou com uma versão editada (os “considerandos”), que incluía a previsão de novas eleições e a detenção de ministros do STF.

O ex-assessor era personagem próximo de Bolsonaro e fazia parte do então “núcleo ideológico” do governo, que incluía ex-alunos do escritor Olavo de Carvalho. No começo do governo do ex-presidente, Filipe atuou em parceria com o então chanceler Ernesto Araújo, que

propunha que o Brasil se distanciasse da China — já então principal parceira comercial do país — e se alinhasse incondicionalmente ao primeiro governo de Donald Trump.

Ele foi condenado por abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, organização criminosa armada (o STF entendeu que ele integrava um grupo estruturado, com divisão de tarefas, que utilizava recursos e influência para finalidades criminosas contra a democracia), dano qualificado (referente à participação intelectual ou instigação que resultou na depredação das sedes dos Três Poderes em Brasília) e deterioração de patrimônio público tombado.

PF manda que filho 03 reassuma posto de escrivão

A Polícia Federal (PF) determinou, ontem, o retorno imediato do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro ao exercício do cargo de escrivão da corporação, função da qual estava licenciado antes de tornar-se parlamentar. A decisão foi formalizada por meio de um ato administrativo publicado no *Diário Oficial da União* (DOU).

O despacho da PF declara o fim do afastamento do filho 03 do ex-presidente, que havia sido concedido para o exercício de mandato eletivo, com efeito retroativo a 18 de dezembro de 2025, data imediatamente posterior à perda do mandato de deputado federal pela Mesa Diretora da Câmara. Segundo a decisão, Eduardo tem de reassumir o posto na lotação de origem, no Departamento de Polícia Federal em Angra dos Reis (RJ).

A determinação deixa claro que não haverá condições especiais do exercício do posto. Isso porque

Eduardo tentou exercer a cadeira de deputado federal mesmo estando nos Estados Unidos, sem que estivesse desempenhando alguma designação da Câmara. Ele, inclusive, participou remotamente da sessão conjunta do Congresso de novembro de 2025 — na qual deliberou-se sobre vetos presidenciais (incluindo a itens do licenciamento ambiental) e sobre o projeto de lei de renegociação das dívidas dos estados com a União.

Logo depois da votação, a irregularidade foi apontada pela deputada Erika Kokay (PT-DF). O presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), determinou a anulação do voto de Eduardo, baseando-se na decisão da Mesa Diretora que impede o registro de presença ou voto por parlamentares fora do país que não estejam em missões oficiais. Em agosto passado, ele também participou remota

de reunião da Comissão de Segurança Pública da Câmara.

Exoneração

A determinação da PF alerta que a ausência injustificada do servidor pode levar à adoção de providências administrativas e disciplinares. Caso Eduardo não volte ao Brasil para reocupar a função, pode ser exonerado do serviço público.

O filho 03 perdeu a cadeira na Câmara em dezembro por não comparecer a pelo menos um terço das sessões deliberativas, critério previsto na Constituição para a manutenção do mandato. Ele viajou para os EUA definitivamente em 27 de fevereiro passado, alegando perseguição política.

Em 18 de março, ele anunciou via rede social que estava se licenciando do mandato de deputado federal (sem remuneração). Tirou

uma licença inicial de 120 dias, que terminou em 20 de julho.

Desde então, ele se juntou ao blogueiro de extrema-direita Paulo Figueiredo para, juntos, atuarem contra o Brasil junto ao governo de Donald Trump. Chegaram a conseguir o tarifaço de 50% sobre as exportações brasileiras para os EUA — cujo anúncio da decisão, feito pelo presidente norte-americano, atrelou ao julgamento de Bolsonaro, que classificou com “caça às bruxas”.

Depois, Eduardo conseguiu que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal — à frente do julgamento do ex-presidente e de outros réus na trama golpista —, e a mulher, Viviane Barcie de Moraes, fossem incluídos na lista de sancionados pela Lei Magnitsky. A Casa Branca, porém, recuou em relação ao magistrado e, aos poucos, retira as tarifas extras sobre as exportações brasileiras. (JA e FG)

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Caso não se reapresente, Eduardo pode ser exonerado do serviço público

Instagram/Renato Bolsonaro



Número 13 do PT deu sorte aos Bolsonaros. O 22 do PL, não

Quadra da Mega ganha com o 13 do PT

» AMANDA S. FEITOZA

Renato Bolsonaro, irmão do ex-presidente da República, publicou na conta que mantém no Instagram que o bolão da família Bolsonaro acertou quatro dos seis números sorteados na Mega da Virada. As apostas, segundo ele, são feitas tradicionalmente com o irmão, Jair — que estava internado na passagem de 2025 para 2026 por causa de intervenções cirúrgicas —, e outros parentes. Não é a primeira vez que o bolão dos Bolsonaros leva uma quadra, pois no concurso do ano passado obteve o mesmo resultado.

Entre os números acertados no bilhete está o 13, que identifica o PT nas urnas. O número 22, que registra

o PL na disputa eleitoral — partido ao qual o ex-presidente e os filhos são filiados —, deu menos sorte aos Bolsonaros e não foi sorteado.

“Este ano fizemos o bolão em três, e não podia deixar meu irmão (Jair, que está preso) de fora. Desta vez, não saiu o 22, mas, em 2026, pode anotar que o 22 vai ganhar. Começamos o ano de 2026 com sorte!”, registrou Renato, fazendo uma conexão com as eleições de outubro.

O irmão do ex-presidente, porém, receberá um prêmio em dinheiro bem modesto. Foram 308.315 ganhadores da quadra, cada um fazendo jus a R\$ 216,76. Se tivesse levado a quina, embolsaria uma quantia mais gorda: R\$ 11.931,42, distribuídos entre 3.921 apostadores. Caso acertasse os seis

números, os Bolsonaros estariam rindo à toa: cada um dos seis premiados levou R\$ 181.892.881,09.

A Mega da Virada sorteu os números 09, 13, 21, 32, 33 e 59. A quadra do bolão da família Bolsonaro saiu com as dezenas 13, 21, 32 e 59. A extração foi no dia 1º em razão de problemas técnicos — tradicionalmente é em 31 de dezembro.

No mesmo dia do sorteio, Bolsonaro recebeu alta depois de passar por cirurgias para correção de uma hérnia inguinal bilateral e para tratar crises de sono. Apesar de seus advogados pedirem que fosse levado à prisão domiciliar, ele retornou à sala onde cumpre pena na Superintendência da Polícia Federal. (Colaborou FG)

» Ministro decide dias de visitas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou, ontem, que os filhos Flávio, Carlos, Jair Renan, Clara, além da enteada Letícia Firmo, visitem o ex-presidente na Superintendência da Polícia Federal. Os dias permitidos são as terças e quintas-feiras, seguindo regras estipuladas por Moraes e os horários da PF. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro também recebeu uma autorização semelhante. A decisão de Moraes se deu no dia seguinte à alta hospitalar que o ex-presidente recebeu.